

# LUPA NEWS

O caso dos 111 Contentores, as acusações de corrupção e a busca ao Jornalista que investigava o negócio da madeira

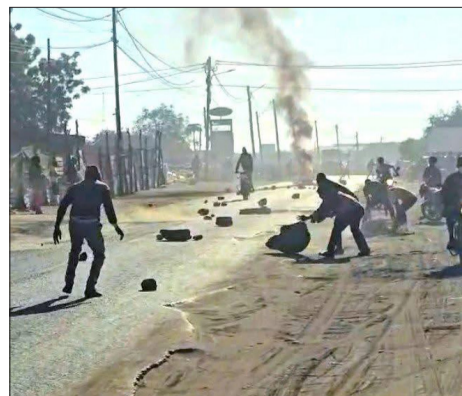
## SAFI Timber



• O caso da empresa SAFI Timber deixou há muito de ser apenas uma disputa administrativa sobre exportação de madeira. Hoje, é um processo fragmentado em múltiplas frentes: judicial, política, empresarial e de Imprensa. Ao “barulho” esta semana o Tribunal Judicial da Cidade de Pemba ordenou a apreensão de equipamento pessoal e profissional de Estácio Valoi, jornalista investigativo com reconhecidos trabalhos sobre questões ligadas à exploração de recursos naturais.



**Xenofobia na África do Sul: Governo garante apoio a moçambicanos e assume custos de trasladação de vítimas mortais**



**Confronto entre polícia e mototaxistas em Tete faz dois mortos e deixa feridos**

## SAFI TIMBER: O caso dos 111 contentores, as acusações de corrupção e a busca ao jornalista que investigava o negócio da madeira

Entre contentores suspeitos, acusações de corrupção no sector florestal e uma diligência judicial contra o jornalista que acompanhava o caso, a polémica SAFI Timber expõe uma das mais complexas disputas recentes sobre recursos naturais em Moçambique — onde ainda persistem perguntas sem resposta, versões contraditórias e zonas de sombra institucionais.

O caso SAFI Timber deixou há muito de ser apenas uma disputa administrativa sobre exportação de madeira. Hoje, é um processo fragmentado em múltiplas frentes — judicial, política, empresarial e jornalística — que se cruzam num ponto comum: a ausência de respostas claras sobre o que aconteceu com os 111 contentores de madeira no Porto da Beira e sobre o ambiente institucional que envolve o sector florestal.

O último capítulo desta história não aconteceu num tribunal nem num porto. Aconteceu na casa de um jornalista.

A diligência judicial realizada em Pemba, que resultou na apreensão de equipamentos electrónicos do jornalista investigativo Estácio Valoi, trás de volta o debate sobre a transparência do processo e levantou novas dúvidas sobre a relação entre investigação jornalística e investigações judiciais em curso.



Organizações de direitos humanos afirmam que, durante a operação, terão ocorrido tentativas de eliminação de conteúdos ligados ao trabalho do jornalista — uma acusação grave que, a confirmar-se, introduz um novo nível de complexidade ao caso.

### Os 111 contentores: o início da controvérsia



Estácio Valoi

### Tribunal de Pemba ordena apreensão de equipamento pessoal e profissional do jornalista Estácio Valoi

O Tribunal Judicial da Cidade de Pemba ordenou a apreensão de equipamento pessoal e profissional do jornalista investigativo moçambicano Estácio Valoi, numa decisão que está a suscitar preocupações entre defensores da liberdade de imprensa e organizações da sociedade civil.

Segundo um mandado de busca e apreensão datado de 25 de Maio de 2026, as autoridades judiciais determinaram a recolha de diversos equipamentos pertencentes ao jornalista, incluindo material utilizado no exercício da sua actividade profissional. O documento identifica Estácio Valoi como arguido no âmbito de um processo cujos contornos ainda não foram totalmente esclarecidos ao público.

A medida gerou reações em vários sectores ligados à

comunicação social, sobretudo devido à natureza do trabalho desenvolvido por Valoi, reconhecido pelas suas investigações sobre questões ligadas à exploração de recursos naturais, governação, conflitos armados e direitos humanos, particularmente na província de Cabo Delgado.

A preocupação surge porque computadores, telemóveis, câmaras fotográficas e outros dispositivos de trabalho podem conter informações sensíveis relacionadas com fontes jornalísticas, cuja protecção constitui um dos pilares fundamentais do exercício do jornalismo investigativo.

Até ao momento, não são conhecidas informações detalhadas sobre os factos que fundamentaram a decisão judicial, nem sobre a natureza das suspeitas que recaem sobre

o jornalista. As autoridades judiciais também não divulgaram publicamente elementos adicionais sobre o processo.

O caso reacende o debate sobre a relação entre justiça, segurança do Estado e liberdade de imprensa em Moçambique, sobretudo num contexto em que jornalistas que trabalham em matérias consideradas sensíveis enfrentam desafios crescentes para exercer a profissão.

A transparência processual será fundamental para evitar interpretações que possam comprometer a confiança pública nas instituições judiciais e nas garantias constitucionais de liberdade de imprensa.

A evolução do caso continua a ser acompanhada por organizações nacionais e internacionais ligadas à defesa dos direitos humanos e da liberdade de expressão.

A origem da polémica remonta à denúncia de uma alegada tentativa de exportação de 111 contentores de madeira pela empresa SAFI Timber através do Porto da Beira, num contexto em que

parte da madeira em causa estaria sujeita a restrições legais de exportação.

A operação mobilizou autoridades florestais, alfandegárias e portuárias, numa das maiores verificações do

género registadas no sector.

Durante a inspecção física dos contentores, as autoridades anunciaram um resultado inesperado: não foi encontrada madeira em toro.

Em vez disso, se- ▶

◀ gundo declarações oficiais, os contentores continham madeira serrada em diferentes formatos.

A conclusão imediata parecia afastar a suspeita inicial — mas não encerrou o caso. Pelo contrário, abriu uma nova frente: a legalidade global da operação de exportação e a consistência dos processos administrativos associados.

A pergunta mudou de natureza: já não era apenas o que havia nos contentores, mas como e por que razão aquela exportação tinha sido autorizada ou permitida naquele formato.

#### A empresa contra-ataca: denúncias de corrupção

Num movimento pouco comum em processos desta natureza, a própria SAFI Timber avançou com acusações públicas contra responsáveis do sector florestal.

A empresa denunciou alegadas irregularidades na suspensão da sua licença de exportação, afirmando que o processo teria violado procedimentos administrativos e princípios legais básicos, incluindo o direito à audiência prévia.

Mais grave ainda, a empresa afirmou ter sido alvo de uma alegada tentativa de extorsão, envolvendo um pedido de 15 milhões de meticais para evitar o cancelamento definitivo da licença.

As denúncias apontaram para a existência de redes de influência dentro do sector, sugerindo que o caso ultrapassava o nível técnico-administrativo e poderia envolver práticas de corrupção institucional.

Estas alegações, por si só, deslocaram o eixo do debate: o problema deixou de ser apenas o cumprimento da lei florestal e passou a incluir a integridade dos próprios mecanismos de fiscalização.

#### Um sector sob suspeita recorrente

O sector florestal moçambicano não é estranho a controvérsias.

Ao longo dos anos, diversos relatórios e investigações independentes têm apontado fragilidades estruturais na fiscalização, desde a circulação de licenças em condições duvidosas até à exportação de espécies protegidas sob documentação irregular.

É neste contexto que o caso SAFI Timber ganha relevância ampliada. Não se trata apenas de



uma empresa ou de uma operação isolada, mas de um sistema onde múltiplos actores — públicos e privados — interagem num ambiente frequentemente marcado por opacidade e fraca rastreabilidade documental.

#### O ponto de viragem: quando o jornalismo entra no caso

A investigação jornalística sobre os 111 contentores, conduzida por Estácio Valoi, passou a desempenhar um papel central na leitura pública do caso.

As reportagens levantavam questões críticas: a natureza da madeira exportada, a consistência das licenças, o funcionamento das entidades de fiscalização e a eventual existência de redes de facilitação no sector.

Foi precisamente neste ponto que, segundo a RMDDH, surgiram os acontecimentos mais recentes.

A apreensão de equipamentos do jornalista e as alegações de que conteúdos investigativos teriam sido alvo de interferência durante a diligência judicial colocam o caso num território sensível: o da relação entre investigação criminal e liberdade de imprensa.

Se confirmadas, estas alegações levantam questões sobre o tratamento de material jornalístico, a protecção de fontes e o respeito pelo sigilo profissional — pilares fundamentais do jornalismo investigativo.

#### O que está realmente em causa

No centro da polémica persistem perguntas estruturais que ainda não foram respondidas de forma definitiva pelas autoridades: Que irregularidades concretas motivaram a suspensão da licença da SAFI Timber? Qual foi a base técnica e legal para a abertura e inspecção dos 111 contentores? Por que razão a suspeita inicial de madeira em toro não se

confirmou? Que avaliação foi feita sobre a legalidade da exportação de madeira serrada? As denúncias de corrupção e tentativa de extorsão foram formalmente investigadas? Existe ou não ligação entre a investigação jornalística e a diligência judicial realizada em Pemba?

A ausência de respostas públicas claras mantém o caso num estado de suspensão narrativa, onde versões

oficiais, denúncias empresariais e investigações jornalísticas coexistem sem convergência definitiva.

#### Um caso que ultrapassa a madeira

Mais do que um litígio sobre exportação florestal, o caso SAFI Timber tornou-se um espelho de tensões mais profundas.

De um lado, a necessidade

de proteger recursos naturais estratégicos e garantir o cumprimento da lei. Do outro, denúncias de corrupção e alegada captura de instituições. No meio, jornalistas investigativos que procuram documentar o processo e acabam envolvidos na própria controvérsia.

É neste cruzamento que o caso ganha dimensão nacional. Porque já não se trata apenas de madeira, contentores ou licenças. Trata-se da forma como o Estado responde a denúncias, investiga suspeitas, protege instituições e garante — ou não — condições para que o jornalismo investigativo possa operar sem pressões ou intimidação.

Enquanto essas questões permanecem sem resposta, o caso SAFI Timber continua aberto — não apenas nos tribunais ou nas alfândegas, mas no espaço público, onde a confiança nas instituições e na transparência do processo continua em disputa.

## RMDDH denuncia pressão sobre jornalista investigativo em Cabo Delgado

Apreensão de equipamentos e alegadas ordens para eliminação de conteúdos durante uma diligência judicial em Pemba levam a Rede Moçambicana dos Defensores dos Direitos Humanos a exigir esclarecimentos e a alertar para riscos à liberdade de imprensa em Moçambique. Em nota divulgada esta quarta-feira (17), a organização manifesta “profunda preocupação” e condena o que descreve como actos de intimidação e pressão contra o jornalista do portal MOZ24h.

A Rede Moçambicana dos Defensores dos Direitos Humanos (RMDDH) lançou um forte alerta sobre aquilo que considera ser mais um sinal preocupante do agravamento das pressões sobre jornalistas em Moçambique, após uma diligência judicial realizada na residência do jornalista investigativo Estácio Valoi, na cidade de Pemba, província de Cabo Delgado.

No centro das preocupações da organização estão alegações de que, durante a operação, o jornalista terá sido orientado a apagar informações, documentos e outros conteúdos relacionados com o seu trabalho de investigação, um facto que a RMDDH considera particularmente grave por envolver matérias de elevado interesse público.

A diligência ocorreu na manhã de terça-feira, 16 de Junho, ao abrigo de um mandado emitido pela Secção de Instrução

Criminal do Tribunal Judicial da Cidade de Pemba, que autorizava buscas domiciliárias e a apreensão de equipamentos electrónicos, incluindo telemóveis, computadores e tablets, posteriormente destinados à Procuradoria Distrital da República de Pemba.

Embora reconheça que a operação foi realizada com base numa ordem judicial, a RMDDH sustenta que subsistem dúvidas legítimas sobre a necessidade, a proporcionalidade e os efeitos da medida sobre o exercício da actividade jornalística.

“O problema não é apenas a existência de um mandado. O problema é quando uma diligência desta natureza pode afectar a independência do trabalho jornalístico, a protecção das fontes e o direito dos cidadãos à informação”, defende a organização.

A organização considera que os acontecimentos registados em Pemba devem ser analisados num contexto mais amplo, marcado por preocupações crescentes sobre o recurso a mecanismos judiciais, administrativos e processuais contra jornalistas, activistas e defensores dos direitos humanos.

Na avaliação da RMDDH, existe o risco de instrumentos legítimos de investigação criminal serem utilizados de forma a criar um ambiente de intimidação para profissionais que denunciam casos de corrupção, exploração ilegal de recur-

sos naturais e abuso de poder.

“Corre-se o risco de transformar mecanismos legítimos de investigação em instrumentos de assédio judicial”, alerta a organização.

Nos últimos anos, várias organizações nacionais e internacionais têm chamado a atenção para os desafios enfrentados pelos jornalistas moçambicanos, particularmente aqueles que trabalham em investigações relacionadas com recursos naturais, criminalidade organizada, corrupção e conflitos armados.

Face à gravidade do caso, a RMDDH exige esclarecimentos públicos sobre os fundamentos que levaram à busca e apreensão na residência de Estácio Valoi e pede explicações sobre as alegações de eliminação de conteúdos jornalísticos durante a operação.

A organização defende igualmente garantias de que todos os materiais apreendidos serão tratados em conformidade com a lei, respeitando o sigilo profissional e a protecção das fontes de informação.

A RMDDH reafirma que continuará a monitorar o processo e manifesta solidariedade para com Estácio Valoi.

Para a organização, a liberdade de imprensa continua a ser um dos pilares fundamentais da democracia e qualquer acção susceptível de comprometer o trabalho dos jornalistas deve ser escrutinada com rigor.

## Xenofobia na África do Sul: Governo garante apoio a moçambicanos e assume custos de trasladação de vítimas mortais



**P**ersistência de manifestações anti-imigração leva Maputo a reforçar assistência aos cidadãos afectados. Governo sul-africano promete apoio humanitário e transporte para quem decidir regressar voluntariamente a Moçambique.

O Governo moçambicano anunciou um conjunto de medidas para apoiar cidadãos nacionais afectados pela recente onda de violência e hostilidade contra imigrantes na África do Sul, após uma missão de alto nível que confirmou a existência de manifestações anti-imigração em várias regiões daquele país.

A missão, liderada pela Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e Comunidade Moçambicana no Exterior, Maria de Fátima Simão Manso, terminou esta semana com entendimentos entre Maputo e Pretória destinados a reforçar a protecção dos moçambicanos residentes em território sul-africano, muitos dos quais vivem actualmente sob um clima de incerteza e receio.

A deslocação surge numa altura em que aumentam os re-

latos de intimidação, violência e discursos hostis dirigidos a cidadãos estrangeiros, particularmente migrantes africanos que procuram trabalho e melhores condições de vida na maior economia do continente.

Segundo o Governo, as autoridades sul-africanas comprometeram-se a prestar assistência humanitária e apoio logístico aos cidadãos moçambicanos que decidam regressar voluntariamente ao país, uma medida que poderá beneficiar dezenas de famílias afectadas pelos recentes episódios de tensão.

### Governo sul-africano afasta alegações de ultimato

Um dos pontos centrais discutidos durante os encontros realizados foi a circulação de informações dando conta da existência de alegados ultimatoss dirigidos a estrangeiros.

De acordo com o comunicado divulgado pelo Governo moçambicano, as autoridades sul-africanas garantiram que não foi emitida qualquer ordem oficial para a saída de cidadãos estrangeiros do país.

Pretória reafirmou igualmente o compromisso de garantir a

segurança de todos os residentes, independentemente da sua nacionalidade, embora tenha esclarecido que as operações de fiscalização migratória continuarão a ser realizadas contra pessoas em situação documental irregular.

A posição surge numa conjuntura delicada, marcada por um aumento do sentimento anti-imigração em alguns sectores da sociedade sul-africana, frequentemente associado a acusações de que os estrangeiros competem por empregos, serviços públicos e oportunidades económicas.

### Seis moçambicanos mortos

A missão governamental também acompanhou a situação das vítimas mortais registadas em Mossel Bay, na Província do Cabo Ocidental.

Segundo o comunicado, um dos corpos já foi trasladado para Moçambique, enquanto decorrem diligências para o repatriamento dos restantes cinco cidadãos moçambicanos que perderam a vida.

O Governo assumiu integralmente os custos associados às trasladações, numa tentativa de aliviar o sofrimento das famílias afectadas.

### OIM promete assistência aos mais vulneráveis

Durante a missão, a delegação moçambicana reuniu-se igualmente com representantes da Organização Internacional para as Migrações (OIM), que manifestaram disponibilidade para apoiar cidadãos em situação de maior vulnerabilidade.

A assistência deverá privilegiar mulheres, recém-nascidos e crianças, grupos considerados particularmente expostos aos impactos humanitários das deslocações forçadas e da insegurança.

O entendimento alcançado poderá revelar-se importante caso a situação evolua para um aumento significativo do número de regressos voluntários ao país.

### Migração continua a ligar Moçambique e África do Sul

A questão migratória tem uma importância histórica para Moçambique. Há mais de um século que milhares de moçambicanos atravessam a fronteira em busca de oportunidades de emprego, sobretudo nos sectores mineiro, agrícola, industrial e de serviços.

Actualmente, a África do Sul continua a acolher uma das maiores comunidades moçambicanas no exterior, composta tanto por trabalhadores documentados como por migrantes em situação irregular.

Esta dependência económica faz com que episódios de xenofobia tenham repercussões directas em milhares de famílias moçambicanas que dependem das remessas enviadas pelos seus parentes residentes naquele país.

### Governo prepara campanha nacional de documentação

Perante os desafios enfrentados pelos migrantes sem documentação, o Governo anunciou também o lançamento, em Agosto próximo, de uma campanha nacional de registo de nascimento e emissão de Bilhetes de Identidade.

A iniciativa será implementada no âmbito do projecto Economia Digital e Governo Electrónico (EDGE) e pretende facilitar a obtenção de documentos de identificação por cidadãos que actualmente enfrentam dificuldades para regularizar a sua situação migratória.

As autoridades acreditam que a falta de documentação constitui um dos principais factores de vulnerabilidade dos moçambicanos residentes no estrangeiro, limitando o acesso a direitos e dificultando a sua protecção consular.

### Um problema que continua longe de estar resolvido

Apesar dos compromissos assumidos pelas autoridades sul-africanas, a missão moçambicana concluiu que as manifestações e discursos anti-imigração continuam presentes em determinadas regiões da África do Sul.

Por essa razão, o Alto-Comissariado de Moçambique e os consulados moçambicanos naquele país foram orientados a manter um acompanhamento permanente da situação, em coordenação com líderes comunitários e organizações locais.

A avaliação do Governo é que o fenómeno continua a exigir vigilância e cooperação entre os dois Estados, numa altura em que milhares de moçambicanos permanecem expostos aos efeitos de uma crise que, ciclicamente, regressa ao debate público sul-africano e volta a colocar em causa a segurança de comunidades migrantes que há décadas ajudam a construir a economia daquele país.



# PRÉMIO DE JORNALISMO EDM 2026



**TEMA ELEGÍVEL:**  
**DIGITALIZAÇÃO E INOVAÇÃO: COMO A TECNOLOGIA PODE MELHORAR O SERVIÇO AO CLIENTE NA EDM**

**Trabalhos Publicados no Período entre 1 de Janeiro à 30 de Outubro de 2026**  
São também elegíveis trabalhos publicados em línguas nacionais

### Categoria do Prémio

- Rádio
- Televisão
- Imprensa (Inclui o webjornalismo)
- Prémio Jovem Jornalista (Nova Categoria)
- Imagem (Fotojornalismo e Vídeo-reportagem)

### Premiação para cada Categoria

- 1º Classificado - 225 000 Mt
- 2º Classificado - 175 000 Mt
- 3º Classificado - 125 000 Mt

Nota: À Categoria de Imagem será atribuído o prémio apenas ao 1º classificado, o valor de:

- a) 175 000 MT - Fotojornalismo;
- b) 175 000 MT - Vídeo-reportagem.

### Submissão dos Trabalhos de 01 Maio à 30 de Outubro de 2026

concurso.jornalismo@edm.co.mz  
Local: Av. Agostinho Neto, N° 70 – 6º andar.  
Electricidade de Moçambique, E.P.  
Gabinete de Comunicação e Relações Institucionais

CÓDIGO QR PARA O REGULAMENTO



# Confronto entre polícia e mototaxistas em Tete faz dois mortos e deixa feridos

**O**peração de fiscalização desencadeada pela Polícia Municipal terá provocado protestos de mototaxistas, que ergueram barricadas e incendiaram pneus. A intervenção da PRM com recurso a munições reais resultou na morte de duas pessoas, segundo relatos de moradores e confirmação hospitalar.

Pelo menos duas pessoas morreram e uma outra encontra-se hospitalizada na sequência de confrontos registados esta terça-feira na cidade de Tete, envolvendo agentes da Polícia da República de Moçambique (PRM) e operadores de mototáxi, segundo informações recolhidas no local.

O Hospital Provincial de Tete confirmou a entrada de dois corpos de vítimas que perderam a vida fora daquela unidade sanitária. A instituição confirmou igualmente a assistência médica a um cidadão ferido durante os incidentes.

De acordo com relatos de moradores, a tensão começou após uma operação de fiscalização levada a cabo pela Polícia Municipal da Cidade de Tete, dirigida aos operadores de mototáxi. A acção



-se sobretudo na zona de Canon-gola e no bairro Matundo, junto à báscula, onde a circulação rodoviária foi temporariamente condicionada devido aos protestos.

Perante o agravamento da situação, a Polícia da República

Entre as vítimas mortais encontram-se um homem e uma mulher. Fontes locais referem que a mulher foi atingida por disparos nos membros inferiores, mas acabou por não resistir aos ferimentos. As circunstâncias

das quais não terão procurado assistência médica imediata ou ainda não deram entrada no Hospital Provincial de Tete.

Até ao momento da publicação desta notícia, nem a PRM nem a Polícia Municipal de Tete tinham divulgado um balanço oficial dos acontecimentos ou prestado esclarecimentos sobre o recurso a muni-

ções reais durante a operação.

O incidente coloca em debate os métodos de gestão de protestos e operações de fiscalização em Moçambique, particularmente em contextos de elevada tensão social, onde o uso da força pelas autoridades tem sido alvo de frequente escrutínio por parte da sociedade civil e de organizações de direitos humanos.



terá gerado forte contestação por parte dos mototaxistas, que, em sinal de protesto, montaram barricadas e incendiaram pneus em diferentes pontos da cidade.

Os confrontos concentraram-

de Moçambique foi chamada a intervir. Segundo testemunhas ouvidas, agentes policiais recorreram ao uso de balas reais para dispersar a multidão, tendo atingido várias pessoas.

exactas que conduziram às mortes ainda não foram oficialmente esclarecidas pelas autoridades.

Moradores afirmam ainda que poderá haver mais pessoas feridas pelos disparos, algumas





A *Electricidade de Moçambique, E.P. (EDM)*, informa aos seus estimados clientes e ao público em geral, que no âmbito da Manutenção Preventiva das infra-estruturas eléctricas, haverá interrupção no fornecimento de energia eléctrica na **Quarta e Quinta-feira, dias 17 e 18 de Junho de 2026**, nos seguintes locais e horários:

 <b>DATA E HORAS</b>	 <b>PROVÍNCIA / CIDADE</b>	 <b>LOCAIS AFECTADOS</b>
Dia 17 de Junho de 2026 Das 07:00 às 15:00 horas	Cidade de Maputo	Bairro Ferroviário e parte do Bairro Polana Caniço B.
Dia 18 de Junho de 2026 Das 07:00 às 15:00 horas	Província de Maputo	Bairros Tchumene I, Infulene A e parte dos Bairros Tchumene II, Machava Sede, Patrice Lumumba e São Damaso.
Dia 18 de Junho de 2026 Das 07:00 às 15:00 horas	Província de Gaza	Bairros 5, 10, 11, Inhamissa, Patrice Lumumba, Chinunguine, Macamwine e Praia de Xai-Xai no Município de Xai-Xai.

Por efeitos de precaução todas as instalações deverão ser consideradas como estando permanentemente em tensão.

Pelos transtornos que esta situação poderá criar aos consumidores das zonas acima indicadas, assim como para o público em geral, a EDM endereça sinceras desculpas.

Maputo, 16 de Junho de 2026

## FICHA TÉCNICA

**Nome:** Lupa News

**Director Executivo:** Nelson Marqueza

**Slogan:** "Jornalismo ao Pormenor"

Conteúdos bilíngues (Português e Inglês)

**Fundação:** 2016

Reg:17/GABINFO-DEPC/2016

**Natureza:** Jornal independente

**Sede:** Maputo, Moçambique | Bairro Sommerschild 2, Rua do Rio Raraga

Email: [jornal@lupa-news.com](mailto:jornal@lupa-news.com)

Cell: (+258) 874007740/ 846496744

**Website:** [www.lupa-news.com](http://www.lupa-news.com)

---

### Estrutura Editorial

**Director Executivo:** Nelson Marqueza

**Equipa Editorial:** Bernardo Soares, Leddo Luís, mais Colaboradores independentes, correspondentes e repórteres convidados

---

### Linha Editorial

Independência, rigor e credibilidade

Jornalismo investigativo e crítico

Promoção do debate público e fortalecimento da cidadania

Conteúdos bilíngues (Português e Inglês)

---



## Estatuto Editorial

LUPA News é um órgão de informação independente do poder político, grupos económicos, sociais, religiosos entre outros.

LUPA News é especializado em Cultura, mas também generalista e pluralista, que respeita a ética e deontologia jornalística, os direitos e deveres da liberdade de expressão e de informação de acordo com a Lei de Imprensa e a Constituição da República, bem como as orientações definidas pela Direcção do jornal.

LUPA News é apresentado em plataformas digitais e, dependendo das necessidades, pode também ser apresentado em suporte de papel.

LUPA News serve a grandes objectivos universais a alcançar, nomeadamente Liberdade de Expressão, Democracia e Pluralismo Mediático, Cidadania, e Desenvolvimento Social e Humano.

LUPA News trata a informação com critérios de responsabilidade, isenção, criatividade sem sensacionalismo, rigor, equilíbrio, profundidade tendo sempre em conta o respeito pela pessoa humana e interesse territorial.





Por: Caetano Melhor

Há um fenômeno curioso na sociedade moçambicana: admiramos a coragem, mas raramente perdoamos quem a exerce. Aplaudimos conceitos como liberdade de expressão, transparência e responsabilidade social. Contudo, quando surge alguém disposto a transformar esses conceitos em práticas diárias, procuramos mil razões para o desacreditar.

É neste contexto que se pode compreender a figura da Dra. Mariza, das “Conversas Saudáveis”. Confesso que, durante meses, venho acompanhando as suas publicações nas re-

## Mariza, a mulher que decidiu pensar em voz alta num país habituado ao silêncio

des sociais, não pela ausência de controvérsia nas suas intervenções, mas sim pela frontalidade, determinação, responsabilidade e coragem.

Escrevo este texto movido pela admiração por esta mulher, uma verdadeira influencer digital na qual os tais ditos influencers deveriam inspirar-se, mulher tida como incómoda para muitos, enquanto tantos procuram palavras suaves para não ferir sensibilidades, Mariza recusa-se a fazer maquilhagem das palavras. Escolheu o desconfortável hábito de não fazer bocacure, pois opta pela autenticidade, mesmo quando sabe que isso lhe custará simpatias.

Não a conheço pessoalmente, muito menos partilhamos os mesmos salões de bele-

za, onde ela se recusa a fazer make-up das suas Conversas Saudáveis. Há quem considere as suas intervenções ousadas, teimosas ou desrespeitosas. Eu prefiro chamá-la de mulher com compromisso.

Porque é preciso compromisso para defender ideias num tempo em que muitos preferem observar os problemas através da janela. É preciso compromisso para manter uma posição quando o caminho mais fácil seria optar pelo conformismo. É preciso compromisso para continuar a questionar quando muitos normalizam o escovismo como se de profissão se tratasse. Mulher que compreendeu que o verdadeiro papel do pensamento crítico não é acariciar

consciências, mas despertá-las.

A grande força desta mulher das Conversas Saudáveis não reside apenas nas palavras “Ora Viva”, reside na coerência com que sustenta as suas intervenções. Porque criticar quando todos concordam é fácil, difícil é manter a mesma postura quando surgem campanhas de difamação e julgamentos sumários nas redes sociais, expondo a vida privada como forma de fragilizá-la.

Custa-me assistir a este espetáculo permanente de críticas destrutivas, de pessimismo e de desvalorização desta mulher sem gordura na mente, que se recusa a aceitar que os problemas devem ser ignorados para preservar aparências. Mari-

za tornou-se alvo porque se recusa a ser cúmplice deste silêncio ensurdecador.

A luta diária desta mulher não é apenas uma luta pessoal, é uma luta pela valorização da cidadania, é uma luta pela transparência, uma luta pelo direito de questionar sem medo de ser silenciada. É uma luta pela construção de um Moçambique onde as perguntas sejam respondidas com argumentos e não com ataques, muito menos com armas. Talvez seja exatamente por isso que as “Conversas Saudáveis” sejam tão incómodas.

Mariza percebeu que um país não avança graças aos que se limitam a aplaudir, mas sim graças aos que têm a coragem de questionar sem medo.

## Gravidade partidária seletiva: porque todos os caminhos parecem levar à frelimo

Por: Massepe

Há mistérios que desafiam a humanidade há séculos: a construção das pirâmides do Egito, o desaparecimento de civilizações inteiras, a existência de vida noutros planetas. Mas há um mistério tipicamente moçambicano que talvez mereça igual atenção dos cientistas, filósofos e comentadores políticos. É um fenómeno tão recorrente que já deixou de ser notícia; tornou-se rotina. É o fenómeno da gravidade partidária seletiva.

A gravidade partidária seletiva funciona de forma impressionante. Quando um membro abandona um parti-

do da oposição, raramente o vemos ingressar noutra oposição. O destino parece quase sempre o mesmo: a Frelimo. Este fenómeno é apresentado como prova da força do partido no poder e da fragilidade da oposição. Essa é a leitura oficial que nos oferecem para consumir. Mas será a única leitura possível a ser feita?

Perante este cenário, torna-se inevitável questionar: se a oposição é tão fraca, por que razão a Frelimo continua a recrutar nos seus corredores? Se os seus quadros são incompetentes, por que razão se tornam valiosos no momento em que atravessam a porta do partido no poder?

E, se são tão importantes para serem recebidos

com pompa, fotografias e discursos de boas-vindas, então talvez a oposição não seja tão irrelevante quanto nos querem fazer acreditar.

Uma democracia madura exige que os cidadãos observem os acontecimentos para além da superfície. Quando dezenas de militantes abandonam uma organização para ingressar noutra, a pergunta incómoda a ser feita é: por que é que a circulação política em Moçambique parece funcionar apenas numa direção? As questões parecem simples, mas não são. Elas merecem reflexões radicais e oportunas.

Confesso que as respostas para estas perguntas não são tão simples como parecem, mas a ausência delas abre

espaço para uma hipótese incómoda. Esta migração em massa pode não fortalecer a Frelimo; pode representar um risco para a sua própria estabilidade interna. A entrada massiva de novos membros que ocupavam cargos de destaque na oposição pode gerar disputas por espaços, conflitos de influência e competições silenciosas por protagonismo. O partido no poder pode não estar a enfraquecer a oposição, mas sim a importar problemas.

Naturalmente, não existe qualquer evidência de que os membros provenientes da oposição estejam envolvidos numa estratégia organizada para desestabilizar a Frelimo. Seria irresponsável afirmar tal coisa sem

provas. Contudo, a ausência de uma conspiração não elimina a possibilidade de consequências políticas relevantes para este partido.

A história ensina que as organizações sólidas raramente são destruídas pelos adversários que enfrentam do lado de fora; muitas vezes, são corroídas pelas tensões que carregam no seu interior.

Talvez, no fim de contas, o verdadeiro mistério não seja por que razão tantos quadros abandonam a oposição. O verdadeiro mistério seja por que razão, num sistema multipartidário, quase todos os caminhos parecem conduzir ao mesmo destino.

**Bem-haja a gravidade partidária seletiva.**

# Publique Aqui

# Apresentação do Livro “Metamorfoses da Terra”

Contemplando a plêiade de ilustres convidados e participantes presentes nesta sala, peço que me seja permitido abrir um parêntesis para reconhecer a presença de Sua Excelência Ministro de Planificação e Desenvolvimento, Salim Valá em representação de Sua Excelência Daniel Francisco Chapo, Presidente da República de Moçambique, a Direcção da Universidade Apolítica, a naípe de convidados e todo o protocolo observado.

Por: Agostinho Levieque

O livro que passo a apresentar tem como título “Metamorfoses da Terra”. É o primeiro de autoria de Victor Máquina, Jornalista arguto, autodidacta, um intelectual orgânico que não se contenta de maneira simples: ter um diploma, fazer carreira e calar-se para sempre. O livro foi editado pela ethale, tem 31 crónicas e 210 páginas.

O Livro está bem estruturado, com os títulos devidamente organizados que orientam o seguimento, a higiene linguística facilita a sua leitura e compreensão. O leitor pode também optar por ler selectivamente os títulos, segundo o seu interesse.

Aceitei apresentar este livro porque o meu nome pertence, de algum modo, àqueles que apresentam pensamento lateral e transformacional para mudar vidas em benefício da sociedade que sempre tenho defendido, e não tenho o direito de recusar quando entendam fazer o uso dele, no serviço dessa mesma sociedade. E mais, identifiquei-me tenazmente com Máquina porque é um autor de arrojo, age com a intrepidez, um homem com um destino extraordinário, um porta-voz daqueles que se consideram anónimos e, na procura de serem ouvidos.

O título de um livro é, normalmente, um espaço de tensão e, por isso mesmo, passível de leituras nem sempre conciliáveis. Mas é um lugar onde se desenha, de modo particular o horizonte de expectativas. O título deste livro é o que está visível.

Metamorfoses da Terra é uma leitura social e política da nossa República que pode ser entendida de várias perspectivas de acordo com o ângulo em que cada um se encontra e o tipo de graduação dos óculos que



cada um porta. Certamente chama atenção de qualquer leitor.

Confesso que à primeira vista, fui invadido por algum desconforto com o título; dizia cá por mim, na minha sintaxe mental: que autor é este que vai querer que o leitor se interesse pelo fascínio do seu imaginário infinito do Universo? Mas quando mergulhei na leitura fui notando que o autor partilha a sua visão sociopolítica baseada nos seus mais de 20 anos de experiência de trabalho jornalístico.

Metamorfose é uma palavra que ouvi pela primeira vez, na disciplina de Biologia, no capítulo de “estrutura de célula,” quando frequentava a 5ª classe na Escola Secundária de Mirrote. Ela significa mudança, transformação de um ser em outro. No sentido figurado, metamorfose é a mudança que ocorre no carácter, no estado ou na aparência de uma pessoa. É a transmutação. Ao percorrer as linhas deste livro encontrei evidências empíricas de transformação pura e divina da nossa terra: Nampula.

Importa sublinhar que uma das interpretações de leituras precisas refere que a produção de um livro é uma afirmação de uma tese, é um ponto de vista afirmativo e os especialistas dizem ainda, cada livro escrito é uma arrogante afirmação de um pensamento apresentado pelo autor.

Nessa perspectiva, este livro simboliza a inconformidade com o absurdo, a negação do pacifismo aparente e a exaltação da grandeza de um povo que constituiu o maior grupo etnolinguístico do país.

Embora eu não tenha qualificações de crítico literário, apraz-me sublinhar que a crónica que é o forte deste livro é um género literário caracterizado por narrativa curta, escrita com a linguagem simples e coloquial focada em temas do quotidiano, reflexões sociais com forte presença de subjectividade. E mais, como género, a crónica deve muito aos impulsos exteriores, à necessidade premente de se estar com o leitor, de sentir a sua pulsação, e de avivar constantemente a sua memória.

O autor escolheu Nampula como unidade de análise para reflectir, de forma desapassionada e provocante sobre a vida sociopolítica daquela província nas últimas décadas. Na verdade, o livro oferece mais do que uma estrita abordagem da literatura contemporânea dado que aborda assuntos transversais relacionados com a Educação, Antropologia cultural, Ciência Política, Sociologia política, Psicologia política, Teoria de Conhecimento e uma rica fonte da história política recente do país.

Não é por acaso que a primeira crónica do livro tem como título “Nampula: procurada, nun-

ca assumida”. É isso, não é por acaso que este texto assume a dianteira das mais de três dezenas de crónicas. O autor traz um tema sempre actual sobre o tráfico de influências, neste que é o maior círculo eleitoral, para o acesso ao cargo de deputado.

Ele pergunta na sua crónica “Quantas vezes os teus filhos foram forçados a aceitar um irmão cujas raízes não se conhecem só porque pretende tê-lo em alguma liderança? Entra pela lista de Nampula e já está! A Assembleia da República é exemplo disso” (p. 21).

O autor não pára por essa indagação, aumenta a velocidade trazendo uma discussão muito complexa de representatividade nos cargos governamentais. O enredo se desenvolve na crónica intitulada “Em Extinção,” página 61 em que ele compara os Macuas com os big five, uma designação atribuída aos cinco mamíferos selvagens (leão, elefante, búfalo, leopardo e rinoceronte) de grande porte, mais difíceis de serem caçados pelo homem, mas que correm o risco de extinção.

Máquina sustenta a sua comparação assumindo o período 2004 — 2014 como sendo de glória para os Macuas, caracterizado por nomeações para os cargos de Governadores de província, ministros e PCAs. Conforme o autor “A peregrinação para o pódio da governação foi

conhecendo um afunilar à medida do tempo tendo a travessia pelo deserto iniciado em 2015, aquando do anúncio da team para um ciclo que iniciava e se adivinhava da revolução” (p.64).

As citações aludidas mostram a frontalidade e inconformismo do autor só comparáveis com a verdade e uma equidistância própria de um intelectual que faz da crítica social um recurso mental para identificar, analisar e ajudar a vencer os obstáculos que barram o caminho à consecução de uma ordem social melhor, mais justa, mais representativa e mais racional. Aliás, se eventualmente, nesta frontalidade e inconformismo, o autor tiver manifestado uma controvérsia, ela deve ser vista mais como um contributo para um debate contínuo num Estado Republicano do que uma tentativa de ser magistral.

Parece um ritual ou uma jurisprudência, sempre que se fala ou se escreve de Nampula, sobretudo, sua cidade capital associa-se ao mítico bairro de Namicopo e Máquina não fugiu à regra. Dedicou quatro páginas numa crónica intitulada “Namicopo” para referir-se do crescimento demográfico da população daquele bairro, o medo que se tem do bairro e o facto de em todas as segundas feiras, no habitual informe de ocorrências da PRM nunca ter faltado mencionar in-

◀ divíduos daquele bairro.

Sem pretensão de recorrer a teoria malthusiana de Thomas Robert Malthus ou as técnicas de despovoamento de Adolfo Hitler, o autor convida a sociedade a reflectir sobre aquela unidade residencial e propõe mesmo a realização de um estudo pormenorizado sobre os comportamentos, origens e visões para determinar até que ponto, passo a citar “Namicopo é de outro nível” (p. 88)

O olhar crítico com a descrição assertiva dos factos e, opinativo sempre que oportuno, permite que a obra se refira particularmente a nomes de pessoas que têm uma ligação umbilical com Nampula. Fala de pessoas uma a uma e até pergunta o seu paradeiro. Algumas aqui presentes, outras ausentes e outras ainda, numa viagem que nunca ninguém foi e regressou, sem guias, nem conselhos na internet que descrevam com precisão com que se parece o destino, ou do que se necessita exactamente quando lá se chega, mas uma coisa é certa, os bilhetes são só de ida.

Figuras como Felismino Tocoli, Alberto Vaquina, Zacarias Ivala, Filipe Paunde, Rosário Mueleia, Luciano André de Castro, Maria Helena Taipo, Eduardo da Silva Nihia, Afonso Dlakama, Mahamudo Amurane, Aiuba Cuereneia, Jorge Kalau e tantos outros são citados ou apontados nas metamorfoses da terra. Comprem o livro agora e saibam mais das revelações do autor sobre essas figuras.

Uma nota especial para o autor, vivemos numa sociedade de pessoas que anseiam a verdade, mas que odeiam ou ofendem aquelas que a dizem. O caminho das pessoas que dizem a verdade foi sempre difícil se não vejamos: As escrituras Bíblicas dizem que Jesus Cristo veio à terra salvar a humanidade e morreu crucificado, Galileu Galilei, físico, matemático, astrónomo e filósofo natural ficou cerca de 9 anos de prisão domiciliária até a sua morte por ter afirmado que a terra girava em volta do sol, Ignoz Semmelweis, médico húngaro foi preso, espancado, considerado louco e trancado, morreu 14 dias depois de ser encarcerado por ter defendido que os cirurgiões deviam lavar as mãos antes de operar os doentes para não os infectar. Esses são factos, não narrativas e muito menos patranhas.

Caro Máquina, quem a visa amigo é, prepare-se para enfrentar as reacções dos «Mahindras das redes sociais» dirigidos por narcisistas e petas que censuram as liberdades individuais e arregimentam o politicamente correcto.

Aceitem que eu faça a seguin-

te pergunta: O que doravante mudará o livro do Máquina na fórmula de representatividade na nossa política nacional? A resposta é seguinte: Numa praia tranquila morava um escritor. Todas as manhãs passeava pela areia, olhando as ondas. Assim se inspirava, e à tarde sentava na varanda da sua casa e escrevia os seus textos. Num dia muito quente, viu um jovem que parecia estar a dançar, decidiu aproximá-lo e perguntar: oh jovem! o que estás a dançar? Ele respondeu prontamente: estou a jogar as estrelas-do-mar ao oceano, elas estão desidratadas. O escritor retorquiu: existem

centenas de milhares de estrelas-do-mar espalhadas por todas essas praias, trazidas pelas ondas. Que diferença faz? O jovem inclinou-se, pegou uma estrela-do-mar, lançou ao oceano e disse: Para está, eu fiz diferença.

A chave deste livro abre uma porta pela qual eu gosto de entrar: precisamente a de formação da consciência colectiva partindo da diferença na diversidade que permite a transmissão de valores, de integração social dos novos membros da comunidade bem como a divulgação de regras de ética e de reprovação de comportamentos inapropriados para uma sociedade sadia.

dos para uma sociedade sadia.

Por todas estas razões, considero enfaticamente que este é um livro admirável, necessário, oportuno, de leitura obrigatória e inspirador para todos aqueles que promovem a prática da cidadania como hábito quotidiano e buscam consensos para a reconciliação e pacificação da família Moçambicana. Por isso, recomendo a sua leitura com a certeza de que ele não apenas narra vivências, mas sim desperta consciência. E mais do que isso, convoca-nos a reflectir sobre o nosso propósito neste planeta terra.

As estatísticas mostram

que menos de dez por cento das pessoas que compram um livro passam do primeiro capítulo. Desafio a todos a fazerem o que quer que seja para lerem este livro de ponta à ponta antes de chegar a quaisquer conclusões definitivas. Claro que o autor ficará deveras grato por qualquer crítica.

A terminar, da leitura que fiz deste livro posso afirmar seguramente que disse tudo o que sei e sei tudo o que disse.

Parabéns, Máquina, pelos ensinamentos e pela arrogância.

Muito obrigado a todos pela atenção dispensada e boa leitura do livro

# Publique Aqui

# LUPA NEWS

Não me peçam para escolher entre pão e cultura

## Salim Valá defende literatura como pilar do desenvolvimento de moçambique

**D**urante o lançamento do livro “Metamorfoses da Terra”, de Victor Máquina, o ministro da Planificação e Desenvolvimento afirmou que uma nação não se constrói apenas com estradas, hospitais e investimentos, mas também com cultura, memória, ética e pensamento crítico.

Num tempo em que os debates sobre desenvolvimento costumam concentrar-se em estradas, pontes, energia, investimentos e crescimento económico, o ministro da Planificação e Desenvolvimento, Salim Cripton Valá, lançou esta quinta-feira uma reflexão que procura alargar o conceito de progresso nacional.

Falando durante a cerimónia de lançamento do livro Metamorfoses da Terra, da autoria de Victor Máquina, realizada na Universidade Politécnica, em Maputo, Valá defendeu que o desenvolvimento de um país não pode ser medido apenas por indicadores económicos, mas também pela capacidade de preservar a sua cultura, valorizar a literatura e fortalecer a sua identidade colectiva.

“A terra é muito mais do que uma questão económica ou legal. Para nós, africanos e particularmente para os moçambicanos, a terra é vida, é riqueza, é cultura, é memória, é pertença e é o lugar onde tudo acontece”, afirmou.

A intervenção do governante foi muito além de uma simples apresentação literária. Ao comentar a obra, Valá transformou o momento numa reflexão sobre a relação dos moçambicanos com a terra, a identidade cultural e os desafios de desenvolvimento de um país que continua a procurar caminhos para crescer sem perder as suas raízes.



Partindo do título do livro, observou que a própria ideia de “metamorfose” remete para as profundas transformações que atravessam as comunidades, os territórios e as sociedades contemporâneas.

“A vida está em constante transformação. As pessoas mudam, as comunidades mudam, a economia muda, a política muda e os territórios também mudam. Algumas mudanças são visíveis, outras acontecem silenciosamente no interior das famílias e das relações humanas”, observou.

Para o ministro, compreender essas transformações é essencial para construir um futuro mais equilibrado e inclusivo. E é precisamente aí que a literatura assume um papel que, muitas vezes, escapa aos debates políticos e económicos.

Segundo explicou, os livros possuem uma capacidade singular de captar sentimentos, inquietações e mudanças que frequentemente ficam fora dos relatórios oficiais e das estatísticas.

“Há coisas que os números não captam e que os relatórios não conseguem explicar. A literatura entra nesses espaços mais íntimos da experiência humana. Dá rosto às estatísticas, dá voz às emoções e ajuda-nos a compreender melhor quem somos”, defendeu.

### Desenvolvimento não é apenas crescimento económico

Ao longo da sua intervenção, Salim Valá insistiu na necessidade de ampliar a compreensão sobre o significado de desenvolvimento. Na sua visão, um país não se constrói apenas através de obras públicas, investimentos privados ou crescimento do Produto Interno Bruto.

“Um país não se constrói apenas com estradas, edifícios, hospitais, escolas ou empresas. Um país também se constrói com ideias, imaginação, cultura, pensamento e capacidade de narrar a sua própria história”, afirmou.

O governante alertou que o progresso material, por si só, não garante o fortalecimento de uma nação. Para que o desenvolvimento seja sustentável, deve caminhar lado a lado com a preservação da identidade cultural e dos valores que unem a sociedade.

Foi nesse contexto que recuperou uma reflexão do histórico líder tanzaniano Julius Nyerere, uma das figuras mais influentes da construção do pensamento africano pós-independência.

“Não me peçam para escolher entre pão e cultura. Eu quero pão e quero cultura. Um povo que perde a sua identidade já perdeu quase tudo”, citou.

A mensagem, segundo explicou, continua actual numa época em que muitos países enfrentam o desafio de modernizar as suas economias sem comprometer o património cultural e os valores das suas comunidades. “O desenvolvimento nunca se faz contra a cultura do povo. Faz-se a partir dela”, sublinhou.

### O valor da escrita e da memória colectiva

Num dos momentos mais marcantes da sua intervenção, o ministro destacou a importância dos escritores na preservação da memória colectiva e na construção da cidadania. Para Valá, escrever um livro continua a ser um acto de coragem num mundo cada vez mais dominado pela velocidade da informação e pela comunicação instantânea.

“Muitas pessoas têm ideias, mas nem todas têm a coragem de transformá-las em palavras e partilhá-las com os outros. Escrever exige disciplina, persistência e generosidade”, afirmou.

Na sua leitura, cada livro acrescenta uma nova peça ao património intelectual do país e oferece novas formas de compreender a sociedade.

“Os escritores ajudam-nos a conhecer melhor o país, a preservar a memória, a compreender as mudanças do nosso tempo e a imaginar o futuro que queremos construir”, referiu.

O ministro considerou que uma sociedade que lê, reflecte e debate as suas próprias realidades está melhor preparada para enfrentar desafios e construir soluções duradouras.

### Um apelo à juventude

Dirigindo-se particularmente aos jovens presentes no auditório, Salim Valá fez um apelo para o fortalecimento dos hábitos de leitura, classificando-os como uma ferramenta essencial para o desenvolvimento

humano e intelectual. “Leiam. Leiam sempre que puderem. Leiam os nossos autores. Leiam Moçambique. Leiam o mundo”, exortou.

Segundo afirmou, a leitura continua a ser uma das formas mais eficazes de ampliar horizontes, desenvolver pensamento crítico e compreender a diversidade de experiências humanas. O governante defendeu igualmente que famílias, escolas, universidades, bibliotecas e instituições públicas assumam um papel mais activo na promoção da leitura e da produção literária nacional.

“Cada livro que nasce é uma porta que se abre. Cabe-nos atravessar essa porta, pensar mais, dialogar mais e valorizar mais os nossos autores”, declarou.

### Um livro sobre transformação

A obra Metamorfoses da Terra, de Victor Máquina, foi apresentada como uma reflexão sobre as mudanças que moldam os territórios, as comunidades e as identidades humanas.

Ao comentar o conteúdo da publicação, Salim Valá considerou que o livro surge num momento oportuno, ao convidar os leitores a reflectirem sobre a relação entre as pessoas e a terra que habitam, bem como sobre os processos de mudança social, económica e cultural que marcam o Moçambique contemporâneo.

“Este livro deixa de pertencer apenas ao seu autor. Passa agora a pertencer aos leitores, à sociedade e ao património literário e cultural de Moçambique”, concluiu.

Ao encerrar a cerimónia, o ministro felicitou Victor Máquina pela publicação da obra e manifestou o desejo de que o livro encontrasse leitores atentos, críticos e sensíveis, capazes de transformar a leitura em reflexão sobre o presente e o futuro do país.